

Dissídio coletivo em debate

O Sindisaúde não ajuizou ação do dissídio de 2004. Com isso, determinações da CLT passarão a valer a partir de junho em substituição às cláusulas estabelecidas em dissídios passados, se não houver acordo

Já está em tratativa o dissídio coletivo de 2004. O Sindihospa, sindicato ao qual o Grupo Conceição e os demais hospitais de Porto Alegre estão vinculados, fez proposta de acordo ao Sindisaúde que inclui a reposição integral do INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), que define o reajuste da categoria referente às perdas salariais. Esse índice para 2004 é de 6,62%. O Sindihospa propõe realizar o pagamento des-

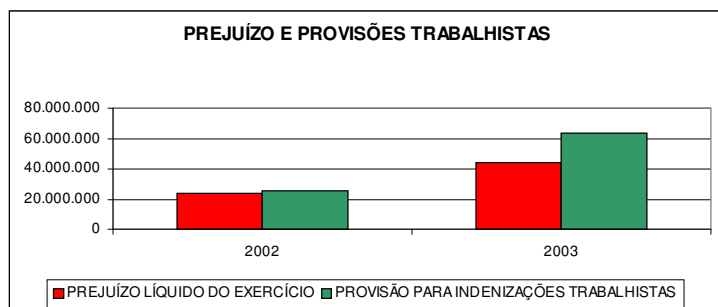
se reajuste em três parcelas.

As cláusulas do dissídio coletivo de 2003 venceram no dia 31 de março. Como o Sindisaúde não ajuizou a ação do dissídio coletivo de 2004, os hospitais se reuniram com o Sindihospa e decidiram prorrogar por mais 60 dias a validade do dissídio do ano passado, ou seja, as cláusulas de 2003 vão valer até 30 de maio. Se não fechar o acordo entre as duas entidades até esta data, a ori-

entação do Sindihospa é a de que os hospitais passem a aplicar a lei vigente, que é a da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Isso gerará mudanças em algumas cláusulas de 2003. Conforme a Diretoria do Grupo Hospitalar Conceição, a instituição não tem condições financeiras de assumir qualquer reajuste sem flexibilizar as cláusulas sociais como, por exemplo, as relativas às horas extras e ao adicional noturno.

INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS CRESCEM 154% NO GHC

A principal causa do aumento do prejuízo de 83% registrado no balanço 2003 do Grupo Hospitalar Conceição (GHC) foi o acréscimo de 154% na provisão para indenizações trabalhistas, na comparação com 2002. Se não fossem as provisões trabalhistas, o Grupo teria um lucro de R\$ 19 milhões. O prejuízo fez com que aumentasse o passivo a descoberto (obrigações superiores a direitos) em 49%. Veja gráfico abaixo.



GHC VIÁVEL

Se não fossem os valores gastos com as indenizações trabalhistas (R\$ 19 milhões) e com as cláusulas sociais, o GHC teria melhores condições de propor uma reposição salarial imediata aos trabalhadores, além de outros avanços de ordem econômica. Sem contar que poderiam ser buscadas melhores condições tecnológicas, estruturais e de trabalho para todos, inclusive para o próprio Plano de Investimentos (PI), aumentando e qualificando essa nova relação de participação interna.

Não somos contra as ações que buscam equiparar os direitos lesados dos trabalhadores do Grupo Conceição ao longo dos últimos anos. Mas o aumento vertiginoso de ações, combinado com o valor exorbitante de horas extras, nos leva a estabelecer uma política para enfrentarmos essa situação sem deixar que ela inviabilize o GHC, que, por ser público, é de todos nós.

Diretoria do GHC